

Língua Portuguesa

Texto I:

História de bem-te-vis

Com estas florestas de arranha-céus que vão crescendo, muita gente pensa que passarinho é coisa só de jardim zoológico; e outros até acham que seja apenas antiguidade de museu. Certamente, chegaremos lá... mas, por enquanto, ainda existem bairros afortunados, onde haja uma casa, casa que tenha um quintal, quintal que tenha uma árvore. Bom será que essa árvore seja a mangueira: pois nesse vasto palácio verde podem morar muitos passarinhos.

Os velhos cronistas encantaram-se com canindés e araras, tuins e sabiás, maracanãs e "querejuás todos azuis de cor finíssima." Nós esquecemos tudo: quando um poeta menciona um pássaro, o leitor pensa que é literatura...

Pois há um passarinho chamado bem-te-vi. Creio que está para acabar. E é pena, pois, com esse nome que tem, e que é a sua própria voz, devia estar em todas as repartições públicas (e em muitos outros lugares), numa elegante gaiola, para no momento oportuno anunciar a sua presença. Seria um sobressalto providencial e sob forma tão inocente e agradável que ninguém, decerto, se aborreceria.

Mas o que me leva a crer no desaparecimento do bem-te-vi são as mudanças que começo a observar na sua voz. O ano passado, aqui nas mangueiras dos meus simpáticos vizinhos, apareceu um bem-te-vi caprichoso, muito moderno, que se recusava a articular as três sílabas tradicionais do seu nome. Limitava-se a gritar: "... te vi!... te vi!..." com a maior irreverência gramatical. Como dizem que as últimas gerações andam muito rebeldes e novidadeiras, achei natural que também os passarinhos estivessem contagiados pelo novo estilo humano.

Mas logo a seguir, o mesmo passarinho - ou seu filho, ou seu irmão, como posso saber, com a folhagem cerrada da mangueira? - animou-se a uma audácia

maior, Não quis saber das duas sílabas, e gritava apenas, daqui, dali, invisível e brincalhão: "... vi!... vi!..." - o que me pareceu ainda mais divertido.

O tempo passou, o bem-te-vi deve ter viajado; talvez seja cosmonauta, talvez tenha voado com o seu time de futebol... Afinal tudo pode acontecer com bem-te-vis tão progressistas, que rompem com o canto da família e mudam os lemas dos seus braços. Talvez tenha sido atacado por esses crioulos fortes que agora saem de mato de repente e disparam sem razão nenhuma contra o primeiro vivente que encontram.

Mas hoje tornei a ouvir um bem-te-vi cantar. E cantava assim: "Bem-bem-bem-... - te-vi." Pensei: "E uma nova escola poética que se eleva das mangueiras!..." Depois, o passarinho mudou. E fez: "Bem-te-te-te-...-vi!" Tornei a refletir: "Deve ser pequenino e estuda a sua cartilha..." E o passarinho: "Bem-bem-bem-te-te-te-vi-vi- vi...!"

Os ornitólogos devem saber se isso é caso comum ou raro. Eu jamais tinha ouvido coisa igual. Mas as crianças, que sabem mais do que eu, e vão diretas aos assuntos, ouviram, pensaram, e disseram: "Que engraçado! Um bem-te-vi gago!" Então, talvez seja mesmo só gagueira...

Cecilia Meireles, Quadrante 2, Rio de Janeiro, 1963 (adaptado)

1 - De acordo com a crônica lida, assinale a alternativa INCORRETA.

- Existe uma tendência de que as pessoas se esqueçam de coisas do passado.
- Nas cidades grandes, só podemos ver passarinho no jardim zoológico e nos museus.
- Os cronistas mais antigos ficavam admirados com a grande quantidade de pássaros existentes.
- A autora insinua que o bem-te-vi deveria estar nas repartições públicas como sinal de alerta.
- Os jovens andam contagiados por um novo estilo de vida.

2 - Ainda de acordo com o texto lido, podemos dizer que a opção CORRETA é:

- a) O cenário geral apresentado na crônica pode ser uma pequena cidade do interior.
- b) Os funcionários públicos com certeza ficariam contrariados, caso um bem-te-vi aparecesse na repartição.
- c) O motivo que levou a autora a pensar que o bem-te-vi pode ter sumido é o fato de ele ter parado de cantar na mangueira.
- d) No texto está claro que, nos lugares em que a autora morou, existiam muitas mangueiras.
- e) A mangueira é comparada a um "palácio verde" (1º parágrafo), não só pela sua dimensão, mas também pela cor de sua folhagem; nesse "palácio" muitos passarinhos podem se abrigar.

3 - Nos três parágrafos finais, Cecília Meireles escreve a respeito de dois bem-te-vis diferentes. Marque o item que corresponde ao sentido contido nesses parágrafos.

- a) O segundo bem-te-vi muda a sua maneira de cantar.
- b) O segundo bem-te-vi parece ser experiente e um bom cantador.
- c) A autora concorda totalmente com as crianças acerca da do bem-te-vi gago.
- d) A autora acredita que os ornitólogos não sabem explicar direito o que aconteceu com o bem-te-vi.
- e) A autora afirma, com certeza, de que o primeiro bem-te-vi migrou para outra região.

4 - No 4º parágrafo encontramos "*achei natural que também os passarinhos estivessem contagiados **pele novo estilo humano***" a expressão destacada corresponde, semanticamente, a:

- a) pela antiguidade.
- b) pela mudança.
- c) pela literatura.
- d) pela modernidade.
- e) pela tradição.

5 - Nas alternativas que se seguem, aparecem termos cujas funções estão corretas, EXCETO:

- a) "*antiguidade de museu*" refere-se a "*passarinho*" e exerce a função sintática de predicativo de sujeito.
- b) A função sintática de "*das duas sílabas*" em "*Não quis saber das duas sílabas, e gritava apenas, daqui, dali, invisível e brincalhão...*" é objeto indireto.
- c) Em "*ouviram, pensaram e disseram*", tem-se a ocorrência de indeterminação do sujeito.
- d) A frase "*Talvez tenha sido atacado por esses crioulos*" está na voz passiva.
- e) A função sintática de "*me*" em "*Mas o que me leva a crer no desaparecimento do bem-te-vi são as mudanças que começo a observar na sua voz.*" é objeto direto.

6 - Uma locução verbal pode ser formada por um verbo auxiliar e uma forma nominal, e estar expressa em diversos aspectos do desenvolvimento de uma ação verbal. Marque a alternativa em que a locução sublinhada NÃO corresponde ao aspecto verbal indicado.

- a) "Creio que está para acabar" - ação iminente.
- b) "Mas hoje tomei a ouvir" - ação interativa.
- c) "tudo pode acontecer" - ação possível.
- d) "O bem-te-vi deve ter viajado" - ação obrigatória.
- e) "Com estas florestas de arranha-céus que vão crescendo" - ação progressiva.

7 - Relendo o segundo parágrafo do texto, vamos encontrar:

- a) quatro orações e quatro verbos.
- b) duas orações e dois adjetivos.
- c) cinco orações e quatro pronomes.
- d) seis orações e nenhum advérbio.
- e) três orações e doze substantivos.

8 - Assinale o item que NÃO apresenta erro de pontuação.

- a) A chave, tilintou, na fechadura e Fabiano ergueu-se, atordoado, cambaleou, sentou-se, num canto.
- b) A chave tilintou, na fechadura e Fabiano ergueu-se, atordoado, cambaleou, sentou-se, num canto.
- c) A chave, tilintou na fechadura, e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto.
- d) A chave tilintou na fechadura e Fabiano, ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto.
- e) A chave tilintou na fechadura, e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se, num canto.

Texto II:

“Mas, na ocasião, me lembrei dum conselho que Zé Bebelo, na Nhanva, um dia me tinha dado. Que era: que a gente carece de fingir às vezes que raiva tem, mas raiva mesma nunca se deve de tolerar de ter. Porque, quando se curte raiva de alguém, é a mesma coisa que se autorizar que essa própria pessoa passe durante o tempo governando a idéia e o sentir da gente; o que isso era falta de soberania, e farta bobice, e fato é.”

Grande sertão: veredas,
Guimarães Rosa

9 - Sobre o texto lido, são feitas as seguintes considerações:

- I. A palavra “raiva” aparece três vezes com a mesma função sintática.

II. A palavra “raiva”, na oração subordinada adverbial temporal, e a palavra “idéia” são objetos diretos.

III. Os termos “de alguém” e “da gente” são, respectivamente, complemento nominal e adjunto adnominal.

Dessas considerações é (são) verdadeira(s)

- a) apenas I e II.
- b) apenas I, II e III.
- c) somente a III.
- d) somente a II.
- e) somente a I

10 - No texto de Guimarães Rosa encontramos “... que a gente carece de fingir às vezes que raiva tem, mas raiva mesma nunca se deve de tolerar de ter.” Repare que acontece ali um caso de crase obrigatório. Marque o item em que aparece o uso da crase facultativo:

- a) Sempre que puder ande à procura da sua felicidade.
- b) Voltei à Bahia para encontrar meus amigos.
- c) Vamos levar flores à nossa professora.
- d) Iremos à praia se continuar fazendo sol.
- e) Os professores referem-se àquele museu do centro da cidade.

11 - Considerando a norma culta da língua, quando substituirmos o verbo “lembrar” por “esquecer” no trecho “**me lembrei dum conselho**”, NÃO podemos aceitar o seguinte:

- a) esqueci-me um conselho.
- b) esqueci um conselho.
- c) esqueceu-me de um conselho.
- d) esqueci-me dum conselho.
- e) esqueci-me de um conselho.

12 - Leia um fragmento de um texto escrito por Adélia Prado.

“Serviço de Deus é esperar e olhar. O que cabia pra Ele, já está feito: já fez o

mundo, já morreu na cruz, já mostrou o coração pra Santa Margarida Maria Alacoque, pra nos servir de exemplo. Serviço nosso é dar um jeito, é bater na porta do padre Lino e chamar pra um papo, escrever pra sua Excelência, ir em Roma, fundar um jornal pra debater a ignorância do povo, tudo sem faltar com o respeito e a caridade.”

Podemos afirmar que, no trecho lido, a autora se desvia da norma culta da língua em alguns pontos. Se considerarmos, aqui, a forma “*chamar ele*”, qual item abaixo assinalaríamos como CORRETO?

- a) É uma forma aceitável tanto do ponto de vista da norma culta, quanto da forma coloquial de se escrever e falar.
- b) Configura uma transgressão à regência do verbo, já que a norma culta determina a forma verbal “chamá-lo”.
- c) Implica em um erro de concordância verbal, já que a forma correta seria “chamá-la”.
- d) Respeita à norma de emprego do verbo, uma vez que o mesmo exige um pronome reto como complemento.
- e) Nos dias de hoje, já não se dá tanto valor à norma culta da língua.

13 - Marque a alternativa onde aparece caracterizado o texto **não-literário**.

- a) “Stop
A vida parou
Ou foi o automóvel?”
- b) “Alice, a mais esperta das duas, tinha certa vivacidade e petulância, que revelavam a flor agreste, cheia de seiva e habilidade a se embalar ao sopro da brisa, ou a beber a luz esplêndida do sol.”
- c) “Opondo-se ao subjetivismo, a poesia parnasiana, dentre as formas poéticas, teve predileção pelo soneto.”

- d) “Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço.”
- e) “Afinal tudo pode acontecer com bem-te-vis tão progressistas, que rompem com o canto da família e mudam os lemas dos seus brasões.”

14 - Em se falando de regência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Informe os interessados sobre o próximo concurso.
- b) Informe-lhes as mudanças ocorridas.
- c) Informe ao turista o local exato
- d) Informo aos professores o novo currículo.
- e) Informo-os que o novo currículo entrará hoje mesmo em vigor.

15 - Atente para a concordância do verbo entre parênteses dos itens que se seguem:

- I. Mais de dez candidatos _____ a prova ontem. (perder)
- II. "A segurança e firmeza com que lhes respondi _____ as pessoas perplexas." (deixar)
- III. A inveja, o ódio, a maldade humana, tudo _____ ciladas em teu caminho. (armar)
- IV. Nem um nem outro _____ com os festejos populares. (andar preocupado[s])

As frases em que a concordância pode ser feita tanto no singular como no plural são:

- a) I e III apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I e II apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I e IV apenas.

Conhecimentos Gerais

16 - São Gonçalo nas décadas de 40 e 50 foi a maior cidade industrial do estado do Rio de Janeiro sendo conhecida como:

- a) Ford Fluminense
- b) Atlanta Fluminense
- c) Nova Orleans Fluminense
- d) Los Angeles Fluminense
- e) Manchester Fluminense

17 - Em 1960, uma professora foi eleita a primeira vereadora do município São Gonçalo. Assinale a opção que indica o nome dessa vereadora.

- a) Aída Faria
- b) Aída Vieira
- c) Marlucy Salles
- d) Estephânia de Carvalho
- e) Maria Amélia Areas

18 - Assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso. Sobre o Município de São Gonçalo é correto afirmar que:

- () possui autonomia política.
- () possui autonomia administrativa.
- () segue princípios próprios, independentes da Constituição da República.
- () o governo é exercido pelo prefeito e pela Assembléia Legislativa.
- () possui autonomia financeira.

- a) V, V, V, F, F
- b) V, F, V, V, F
- c) V, V, F, F, V
- d) V, V, F, F, F
- e) F, V, F, F, V

19 - Questões relevantes poderão ser decididas através de plebiscito quando forem apresentada devidamente fundamentada por:

- a) 1/3 dos vereadores ou 20% dos eleitores
- b) 1/3 dos vereadores ou 25 % dos eleitores
- c) 1/3 dos vereadores ou 15% dos eleitores
- d) 2/5 dos vereadores ou 10% dos eleitores
- e) 2/5 dos vereadores ou 5% dos eleitores

20 - O artigo 203 estabelece as áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais. Dentre tais áreas, pode-se citar:

- a) os estuários e pântanos
- b) os manguezais e brejos
- c) as praias e restingas
- d) as grutas e cavernas
- e) as superfícies sujeitas à erosão

21 - O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, está sendo construído na cidade de Itaboraí, porém o município de São Gonçalo também fará parte desse complexo abrigando:

- I - Centro de Integração
- II - Centro de Inteligência
- III - Centro de Logística
- IV - Centro de refino
- V - Central de Escoamento

Assinale a opção correta:

- a) Os itens I, II e IV estão corretos
- b) Os itens I, II e V estão corretos
- c) Os itens I, III e V estão corretos
- d) Os itens I, IV e V estão corretos
- e) Os itens I, III e IV estão corretos

22 - A Camada de Ozônio localiza-se entre 10 e 50 quilômetros da Terra e funciona como uma proteção natural contra a radiação dos:

- a) raios ultravioletas
- b) Clorofluorcarbonos
- c) raios infravermelhos
- d) raios gama
- e) raios laser

23 – Um usuário do Word está montando um relatório para sua chefia imediata. E precisará copiar a conclusão de outro documento. Ele deverá acionar, respectivamente, as seguintes teclas:

- a) Ctrl B, Ctrl P, Ctrl A
- b) Ctrl Y, Ctrl W, Ctrl Z
- c) Ctrl L, Ctrl U, Ctrl V
- d) Ctrl W, Ctrl C, Ctrl A
- e) Ctrl T, Ctrl C, Ctrl V

24 – Com o relatório pronto, o usuário resolve verificar a ortografia, para isso é necessário que ele acione a tecla:

- a) F7
- b) F6
- c) F5
- d) F4
- e) F3

25 – Este é um slide de uma série, com fotos do município de São Gonçalo em diversos contextos históricos.

Igreja Matriz. Década de 1920.
Daniel Ribeiro. Centenário da Independência do Brasil.



Igreja Matriz em reforma.
12/12/1977.
Jornal O Fluminense.



Para que o material produzido em PowerPoint possa ser apresentado, o funcionário deverá executar a ação referente a Exibir Apresentação acionando a tecla:

- a) F2
- b) F3
- c) F4
- d) F5
- e) F6

Conhecimentos Específicos

26 - “... Ante, as propostas de flexibilização e desregulamentação de direitos trabalhistas atrelavam-se à imprescindível modernização das relações de trabalho. No entanto, todos os movimentos realizados nos últimos anos por conta da preservação dos níveis de emprego foram desmistificados. Agora, as mesmas propostas servem como elementos de combate à crise financeira.”

(CORTEZ, Rita. Crise, oportunismo e o papel do Judiciário. Tribuna do Advogado da OAB/RJ, Rio de Janeiro, abril de 2009, Opinião, p. 8).

Diante do exposto, com relação a flexibilização das normas trabalhistas tratadas pela CRFB/88, podemos dizer que os seguintes direitos nela previstos não podem ser flexibilizados, com exceção:

- a) do fundo de garantia do tempo de serviço
- b) da jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento
- c) da irredutibilidade do salário
- d) do seguro-desemprego
- e) do décimo terceiro salário

27 - “Os efeitos da revogação da Lei da Imprensa e o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista, decididos recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foram o tema da discussão que a Escola Superior de Advocacia (ESA) promoveu no dia 24 de junho.” (ESA. Especialistas divergem sobre obrigatoriedade do diploma de jornalista, derrubada pelo STF.

Tribuna do Advogado da OAB/RJ, Rio de Janeiro, agosto de 2009, ESA, p. 6).

Mesmo com o entendimento da não obrigatoriedade do diploma para o exercício da função de jornalista, permanecem válidos os dispositivos celetistas acerca das normas especiais de tutela do trabalho desta classe, independentemente de sua formação. Com relação a tais direitos analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

I - A regra geral da duração normal do trabalho dos jornalistas profissionais não

deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite

II - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 8 (oito) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição

III - Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) horas, destinado ao repouso

IV – Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador

- a) somente duas afirmativas são incorretas
- b) somente três afirmativas são incorretas
- c) todas as alternativas são corretas
- d) todas as alternativas são incorretas
- e) somente uma afirmativa é incorreta

28 - “A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 58-A e parágrafos, define os critérios para a implantação do regime de tempo parcial, modalidade que permite a redução da carga horária para os contratos de trabalho já em vigor e para novos contratos de trabalho, norma esta instituída com o objetivo de evitar demissões de empregados, mediante a redução da jornada e da respectiva remuneração. Com a possibilidade da redução da jornada, também há possibilidade do trabalhador de utilizar a redução da jornada para a sua qualificação profissional, participando de cursos de especialização e aperfeiçoamento, bem como, por exemplo, a contratação de jovens, com base no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens — PNPE.

”(ALMEIDA, Júlio César de. Regime de tempo parcial flexibiliza as relações de trabalho, outubro de 2008. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-out-20/regime_tempo_parcial_flexibiliza_relacoes_trabalho. Acesso em: 30/07/2009).

Outra alteração introduzida pelo regime de tempo parcial é a contagem diferenciada do tempo de férias, levando-se em consideração a duração do trabalho semanal e a quantidade de faltas injustificadas ocorridas a cada período de doze meses de

vigência do contrato de trabalho. Suponha que determinado obreiro contratado pelo regime de tempo parcial, tenha a sua duração semanal de trabalho de 21 horas, e que durante o período aquisitivo faltou injustificadamente 2 (dois) dias, se ausentou por 15 (quinze) dias em virtude de casamento e por um dia em razão de doação voluntária de sangue. Observando-se os períodos suspensivos e interruptivos previstos pela CLT, a quantos dias de férias terá direito este empregado?

- a) 12 dias
- b) 16 dias
- c) 8 dias
- d) 20 dias
- e) 22 dias

29 - *“...Para o constitucionalista e professor de direito da PUC-SP Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, a constitucionalização de direitos trabalhistas foi fundamental e trouxe enormes ganhos sociais pra os trabalhadores. "Se não fosse dessa forma, dificilmente estes direitos viriam a ser respeitados", afirma o professor da PUC-SP. Ele não considera um problema o fato de a Carta ter constitucionalizado certos direitos dos empregados. Para Tarcísio, o argumento de que a presença destes dispositivos no texto constitucional poderia impedir a discussão de novos parâmetros pelas diversas classes de trabalhadores seria "discurso de terroristas".*

(MORAES, Eduardo Ribeiro de. Constituição de 88 consagrou direitos trabalhistas, mas levou à informalidade, outubro de 2008. Disponível em : http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/constituicao+de+88+consagrou+direitos+trabalhistas+mas+levou+a+informalidade_57658.shtml .

A respeito dos direitos dos trabalhadores previstos na CRFB, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário

III - salário mínimo, fixado em lei complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim

IV - repouso semanal remunerado, necessariamente aos domingos

- a) apenas uma alternativa está correta
- b) apenas duas alternativas estão corretas
- c) apenas três alternativas estão corretas
- d) todas as alternativas estão incorretas
- e) todas as alternativas estão corretas

30 - *“... Por pertencerem a Administração Pública Indireta as empresas públicas e as sociedades de economia mista seguem os princípios postos no Art. 37 da constituição em que se estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, no inciso II do mesmo artigo, que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Quem trabalha nas empresas públicas e nas sociedades de economia mistas são os empregados públicos que são subordinados às normas da CLT, e são contratados por prazo indeterminado para exercício de funções nessas empresas. Em sentido amplo (regra geral), empregado público é toda pessoa física (brasileiros ou estrangeiros na forma da lei, artigo 37, I, da CF), que, mediante concurso público, presta serviços de forma pessoal e não eventual ao Estado e às entidades da Administração Pública direta ou indireta, pelo regime celetista, mediante pagamento feito pelos Cofres Públicos.”*

(AGUILAR, Leandro Lopes. Empregado público e dispensa sem justa causa, Março

de 2008. Disponível em :
<http://leokiru.blogspot.com/2008/03/emprego-pblico-e-dispensa-sem-justa.html>.
 Acesso em: 30/07/2009).

Partindo dessas premissas suponhamos que determinado candidato foi aprovado em concurso público para provimento de cargo de provimento efetivo. A respeito do mesmo possuir estabilidade prevista no art. 41 da CRFB, assinale a opção correta, com base nos dispositivos constitucionais, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

I - O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

II - O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

III - Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

IV - Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e IV
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) apenas o item III é correto

31 - *“Mariano, Calisto e Lenilson não jogam mais pelo Atlético. A decisão foi tomada pela diretoria do clube na tarde desta segunda-feira. E mais: foram demitidos por justa causa. Os três jogadores saíram do hotel em que a delegação estava hospedada para o jogo contra*

o Palmeiras e só retornaram às 5h. A comissão técnica afastou imediatamente os três, que retornaram a Belo Horizonte e não participaram da derrota por 3 a 1..”

(GLOBOMINAS.COM. “Baladeiros” são demitidos do Atlético por justa causa, outubro de 2008. Disponível em: <http://globominas.globo.com/globominas/esportes/0,,mul788053-9141,00-baladeiros+sao+demitidos+do+atletico+por+justa+causa.html>. Acesso em: 30/07/2009).

Com base na notícia acima e partindo da premissa que todos os atletas receberam comunicação da diretoria do clube proibindo a saída de qualquer jogador da concentração sem autorização, podemos afirmar que a justa causa se deu por:

- a) insubordinação
- b) desídia
- c) mau procedimento
- d) indisciplina
- e) incontinência de conduta

32 - *“... O contrato de emprego com os entes públicos sem concurso (forma). O Texto Constitucional apenas declara que a não observância do princípio do concurso público implica em nulidade do ato e a punição da autoridade responsável (art. 37, § 2º, CF), nenhuma alusão faz quanto à natureza dos efeitos da declaração da tal nulidade, pois que apenas alude que “A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei”. O inciso I do art. 37 alude que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei”. Já o inciso II alude que “a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.*

(TEIXEIRA, Marcelo Tolomei. Os efeitos do contrato de trabalho nulo. Revista LTr. São Paulo, Vol. 72, nº 06, pág. 695, junho de 2008).

Com relação aos efeitos da contratação de servidor público, após a CRFB/88, sem prévia aprovação em concurso público, assinale a opção correta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

- a) A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, somente conferindo-lhe direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário-mínimo/hora
- b) A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, somente conferindo-lhe direito ao pagamento dos dias efetivamente trabalhados segundo a contraprestação pactuada
- c) A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, sendo portanto nulo o negócio jurídico simulado, eis que teve como objetivo fraudar as regras imperativas, não gerando quaisquer conseqüências trabalhistas ou fundiárias
- d) A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, sendo portanto nulo o negócio jurídico simulado, eis que teve como objetivo fraudar as regras imperativas, não gerando quaisquer conseqüências trabalhistas salvo as fundiárias, por respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana
- e) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado

o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS

33 - “... A construção civil é campeã em acidentes de trabalho no Distrito Federal, responsável por 50% dos casos. Só neste ano, dois operários morreram. Maciel Gebrim trabalha com gesso e conta que é comum o descuido com a segurança no trabalho. “Trabalhando sem capacete, sem óculos, quebrando coisa sem óculos. Quando tem fiscalização eles costumam deixar regular, mas quando essas empresas tem menos fiscalização eles deixa a desejar. A segurança é mais pela pessoa mesmo, tem que ter amor à vida né?”, conta Gebrim.”

(DFTV. Construção civil é campeã em acidentes de trabalho, fevereiro de 2009. Disponível em: <http://dftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0,,MUL997919-10040,00.html>. Acesso em: 30/07/2009).

Com relação a estabilidade provisória decorrente de acidente do Trabalho, assinale a opção correta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

I - É inconstitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado;

II - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado;

III - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego;

IV - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias mesmo sem a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de

causalidade com a execução do contrato de emprego.

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I e III
- d) II e IV
- e) apenas o item III é correto

34 - “...O presidente da OAB/RJ, Wadih Damous, esteve em Brasília no dia 18 de junho, quando entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), minuta de anteprojeto de lei para que se reconheça aos advogados que militam na Justiça do Trabalhista o direito de receber os honorários de sucumbência – devidos pela parte que perdeu à parte vitoriosa em uma disputa judicial. Advogado de formação, Temer afirmou que o pleito é justo e sugeriu sua apresentação, em regime de urgência, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.”

(Gestão. Sucumbência na Justiça do Trabalho: Michel Temer propõe apresentação em medida de urgência à CCJ da Câmara. *Tribuna do Advogado da OAB/RJ, Rio de Janeiro, julho de 2009, Gestão, p. 3).*

Com relação aos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho assinale a opção correta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

- a) É inaplicável na Justiça do Trabalho o disposto no art. 64 do Código de Processo Civil, sendo os honorários de advogado somente devidos nos termos do preceituado na Lei nº 1.060, de 1950
- b) Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência ou do benefício da justiça gratuita ou a assistência por sindicato
- c) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar

assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família

- d) Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, não basta a simples afirmação de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica, devendo a mesma vir acompanhada de declaração da própria parte e dos documentos comprobatórios da miserabilidade (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50)
- e) Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, com a dedução dos descontos fiscais e previdenciários

35 - “... A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943, manteve, em parte a vertente administrativa e a simplicidade processual. Ante a debilidade das organizações sindicais e a ausência de entes públicos capazes de propiciar assistência jurídica aos reclamantes, mostrou-se apropriada, útil e adequada a outorga, às partes, do direito de se autoremrepresentarem em Juízo.”

(BONFIM. Benedito Calheiros. *Revogação do jus postulandi na Justiça do Trabalho. Tribuna do Advogado da OAB/RJ, Rio de Janeiro, agosto de 2009, Opinião, p. 7).*

Com relação a aplicação do *jus postulandi* no processo do trabalho, assinale a opção incorreta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

- a) O princípio do *jus postulandi* no processo do trabalho encontra-se revogado, por força de dispositivo constitucional e determinação expressa na CLT

- b) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final
- c) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato ou advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil
- d) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo
- e) Mesmo após a promulgação da Constituição da República de 1988, permanece válido o entendimento de que persiste o instituto do *jus postulandi* no processo do trabalho

36 - “O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, aconselhou que tribunais de todo o País façam uma “quarentena” na criação de cargos de juizes por causa da tendência de queda no número de processos em tramitação proporcionada por mecanismos como a súmula vinculante e a repercussão geral. Mendes, que também preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerou que o número de processos por juiz deverá cair substancialmente após o cumprimento da chamada Meta 2, que é a identificação e julgamento de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005.”

(G1. Mendes pede ‘quarentena’ na criação de cargos de juizes. Junho de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/brasil/0,mul1201093-5598,00,mendes+pede+quarentena+na+criacao+de+cargos+de+juizes.html>. Acesso em: 30/07/2009).

A respeito da organização da Justiça do Trabalho, assinale a opção correta, com base nos dispositivos contidos na CRFB.

- a) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República

após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal

- b) São órgãos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho
- c) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria relativa do Senado Federal
- d) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal
- e) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria relativa do Senado Federal

37 - “Após mais de dois anos da publicação da Emenda Constitucional n. 45 de 2004 a plêiade de estudiosos da área laboral ainda não conseguiu delimitar com precisão as verdadeiras demarcações da ampliação de competência alcançada pela Justiça do Trabalho. Decisões, aos montes e nos mais diversos sentidos, ainda não alcançaram pacificação nos Tribunais pátrios, de modo que muitas incertezas ainda sobrevivem em nossa doutrina e jurisprudência especializadas.”

(MOLINA, Andrade de Araújo. Competência material trabalhista — critério científico para interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88. Revista LTr. São Paulo, Vol. 72, nº 08, pág. 945, agosto de 2008).

Embora exista cizânia a respeito da extensão das alterações introduzida pela EC-45, observando a literalidade do art. 114 da CRFB, assinale a opção incorreta com relação a competência da Justiça do Trabalho em processar e julgar.

- a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- b) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o habeas corpus, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição
- d) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas
- e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, quando o ato questionado envolver as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho

38 - "... Desse modo, deve o Juiz do Trabalho direcionar o processo sentido de que este caminhe de forma célere, justa e confiável, assegurando-se às partes igualdades de oportunidades, dando a cada um o que é seu por direito, bem como os atos processuais sejam praticados de forma razoável e previsível, garantindo-se a efetividade processual, mas preservando-se, sempre, a dignidade da pessoa humana tanto do autor como do réu, garantindo-se a supremacia do interesse público."

(SCHIAVI, Mauro. Novas reflexões sobre a aplicação subsidiária do CPC ao processo do trabalho à luz dos princípios da duração razoável do processo e da função social do processo do trabalho. Revista LTr. São Paulo, Vol. 72, nº 12, pág. 1415, dezembro de 2008).

Para que seja concedida esta efetividade deve o magistrado observar no curso do processo, as normas trabalhistas relacionadas as partes e aos procuradores, bem como da audiência. Observando a literalidade das normas celetistas, assinale a opção incorreta.

- a) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas
- b) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 17 (dezesete) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente
- c) Se, até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências
- d) Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato
- e) Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes

39 - "No processo do trabalho se permite a fase liquidação de sentença conforme exposto no art. 879 da CLT, que elucida: "sendo ilíquida a sentença, exeqüente, ordenar-se-á a sua liquidação". Alguns doutrinadores da seara laboral são consoantes que a liquidação de sentença compõe uma fase preparatória da execução, pois seus enunciados pertencem ao capítulo V da Execução. Outros, como o Ilustre Doutrinador Renato Saraiva elenca em sua obra (Curso de Direito Processual do Trabalho) 5ª ed., p. 612 que "a doutrina mais moderna conceitua a

liquidação de sentença como uma ação declaratória do valor de condenação, situada entre o processo de conhecimento e o processo executivo, prestigiando assim a sua autonomia”.

(CUNHA FILHO, Walter Xavier. *Liquidação de sentença no processo do trabalho*. Outubro de 2008. Disponível em: http://estudandodireito.com.br/php/index.php?option=com_content&task=view&id=1033. Acesso em: 30/07/2009).

Com relação a liquidação da sentença trabalhista, assinale a opção incorreta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

- Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos
- Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal
- A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas
- As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente
- A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação trabalhista

40 - “A Organização das Nações Unidas (ONU) e os demais organismos internacionais que a compõem não têm as mesmas prerrogativas processuais da União, como, por exemplo, o direito ao prazo em dobro para recorrer de uma decisão judicial. Essa é a conclusão da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao negar provimento a agravo de instrumento da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura) que tentava reverter esse entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT).”

(Notícias. **Organismo internacional não tem prazo em dobro para recorrer**. Junho de 2009. Disponível em: http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIASNOVO.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=9335&p_cod_area_noticia=AS

[CS&p txt pesquisa=prazo](#). Acesso em: 30/07/2009).

Com relação aos prazos trabalhistas, assinale a opção incorreta, com base na CRFB, na CLT e que demonstre o entendimento atual do TST conforme sua jurisprudência sumulada e consolidada.

- Cabe à parte comprovar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local ou de dia útil em que não haja expediente forense, que justifique a prorrogação do prazo recursal
- É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda
- O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, somente nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição e de revista, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária
- Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas
- Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente